

## ACERVOS DIGITAIS DE CULTURA, HÓSPEDES INDESEJADOS NAS MÍDIAS SOCIAIS, DONOS DA CASA NO FEDIVERSO

José Murilo Costa Carvalho Junior.<sup>1</sup>  
Cochise César de Monte Carmo<sup>2</sup>

**RESUMO:** Apresentamos os esforços de aproximação do Fediverso realizados pela Coordenação de Arquitetura da Informação Museal do Ibram-Museus, contextualizando este movimento no histórico das políticas de Cultura Digital do MinC, e o debate urgente sobre a soberania digital nos ambientes digitais. O Fediverso é uma rede social federada já existente, à qual instituições culturais podem agregar seus serviços e canais de comunicação. A federação é a estratégia para permitir efeitos de rede sem a necessidade de gigantescas estruturas de hospedagem de sites. A iniciativa parte das plataformas WordPress e Tainacan, amplamente usadas por instituições de guarda de acervos digitais de cultura, e propõe reflexões sobre as vantagens do uso do Fediverso em termos de soberania digital, acesso ao público e preservação da memória para estas instituições.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tainacan, Fediverso, cultura digital.

### SOBERANIA E CULTURA DIGITAIS

Desde a revelação, em 2018, da manipulação eleitoral em massa perpetrada pela Cambridge Analytica (ZUBOFF, 2021, capítulo 17, numeração irregular), a questão da soberania nacional no ambiente transnacional das mídias sociais tem ganhado importância crescente. Essa pauta passou por episódios dramáticos, como o embate entre plataformas de mídias sociais e o Ministério da Justiça, por ocasião da onda de ataques violentos a escolas, em abril de 2023, e o bloqueio ao Twitter, atualmente X, pela justiça brasileira, em agosto de 2024. Para nós da Cultura, é importante retomar o que talvez, seja o marco zero da discussão no Brasil: quando o Facebook, que ainda não se chamava Meta, censurou uma foto de divulgação do projeto [Brasiliana Fotográfica](#), da Fundação Biblioteca

---

<sup>1</sup> Especialista em políticas públicas para a internet. Desenvolveu os primeiros sites institucionais brasileiros no antigo MARE, trabalhou com Informação e Difusão Científica na Web no MCT, e com Cultura Digital no MinC. Coordena a Arquitetura da Info Museal no Ibram, e implementa o Projeto Tainacan. E-mail: [jose.murilo@museus.gov.br](mailto:jose.murilo@museus.gov.br).

<sup>2</sup> Doutorando em História pela UFRGS, mestre em Estudos Literários pela UFMG, graduado em História pela UEMG e servidor de carreira do Instituto Estadual do Livro RS. E-mail: [cochisecesar@zoho.com](mailto:cochisecesar@zoho.com).

Nacional, publicada pelo Ministério da Cultura, em 2015. A foto, de 1909, retrata um casal de indígenas botocudos e foi removida por “violar os termos de uso” da plataforma ao mostrar os seios da mulher.



**Imagem 1:** Foto censurada pelo Facebook em 2015. (Grabe, 1909)

Para Juca Ferreira, então ministro da Cultura, o acontecimento foi uma afronta à soberania brasileira. “Para nós é grave, porque é uma agressão à nossa soberania, à nossa legislação. [...] Em nenhum momento, o Facebook recebeu o aval para censurar o Estado brasileiro ou o Ministério da Cultura.” (FERREIRA, *apud* SOUZA, 2015). É importante resgatar o pioneirismo da cultura na defesa da soberania digital porque ele demonstra que, nessa seara, ela ocupa o papel especial de primeira vítima e campo de batalha privilegiado.

Também não podemos deixar de ressaltar que a foto foi publicada porque uma instituição cultural, a Biblioteca Nacional, que mantém a Brasileira Fotográfica, estava cumprindo sua missão institucional de divulgar seu acervo digital e valorizar a diversidade

cultural brasileira. O fato de ela ser censurada mostra o que acabamos por nos acostumar: que existem limites estritos para a diversidade cultural brasileira nas mídias sociais capitalistas.

Para nós é grave, porque é uma agressão à nossa soberania, à nossa legislação. É um desrespeito à nossa diversidade cultural e aos índios do Brasil. Se os índios não podem aparecer como são, o recado é que precisam se travestir de não indígenas, o que é uma crueldade muito grande. (FERREIRA, *apud* SOUZA, 2015)

Para ele, [Juca Ferreira] a atitude foi um desrespeito à legislação brasileira, ao Estatuto Indígena e também às regras da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que pregam a diversidade de manifestações culturais e o respeito às singularidades. (LEAL, 2015)

Quando a foto foi censurada, já existiam debates, ações e projetos sobre cultura digital, assim como o movimento Software Livre já debatia a soberania digital, porém os debates estavam relativamente desconectados. A censura da foto, subitamente, trouxe o debate sobre soberania digital do software livre para a discussão dos meios de publicação da cultura digital.

No movimento da cultura digital o foco era incentivar a investigação, a criação de obras e meios de publicação para a cultura digital, e a discussão sobre soberania era, quando muito, marginal. No livro *CulturaDigital.br* (SAVAZONI, COHEN, 2008), por exemplo, a palavra “soberania” aparece apenas duas vezes, no mesmo capítulo e abordando a necessidade dos estados se adaptarem à redução de sua soberania.

Por outro lado, as discussões e políticas no campo do software livre giravam em torno dos aplicativos usados, da infraestrutura de produção, e não de circulação de conteúdos. De lá para cá, o debate sobre aplicativos e infraestrutura ainda se mostra muito necessário diante do fato do estado brasileiro gastar dezenas de bilhões com tecnologias proprietárias estrangeiras (SILVA *et al.*, 2025), nuvens computacionais, que não só extraem riqueza do Brasil como tornam o estado vulnerável a espionagem, como ficou comprovado com os vazamentos do WikiLeaks, no mesmo 2015.

Pode-se dizer que, a partir desses acontecimentos os acervos digitais de cultura comecem a ser entendidos como hóspedes indesejados nas mídias sociais: as regras pelas



quais elas operam são incompatíveis com a missão das instituições culturais. O debate sobre a soberania digital no campo cultural se concentra no controle dos espaços digitais de circulação simbólica e, hoje, temos as instituições culturais brasileiras à mercê dos termos de uso e algoritmos estrangeiros, privados e com objetivos antagônicos. Para além da necessidade urgente de regulação dessas plataformas, existe outra necessidade urgente: a de construirmos espaços digitais autônomos, soberanos, alternativos, alinhados, não só à legislação nacional, mas à missão das instituições culturais. O projeto Brasiliana Museus busca atuar sobre esta necessidade ao promover o uso do Fediverso pelas instituições que detêm acervos digitais de cultura e suas comunidades.

A Brasiliana Museus se baseia no projeto Tainacan, originado na Coordenação de Cultura Digital do MinC com participação decisiva da UFG, UnB e UFES em 2015 como protótipo tecnológico para uma política nacional de acervos digitais integrando arquivos, bibliotecas e museus. Quando da incorporação do MinC ao Ministério do Turismo, durante o governo Bolsonaro, o projeto passou a ser desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Museus, Ibram, e é a base tecnológica da implementação da Brasiliana Museus.

## **OS EFEITOS DE REDE E O FEDIVERSO**

A maior barreira para a construção de espaços digitais é concentração das pessoas nas mídias sociais das *big techs*, que torna o cultivo de qualquer plataforma alternativa em uma empreitada quixotesca. Esta concentração deriva dos chamados efeitos de rede, segundo o qual o valor de uma infraestrutura que permite o contato entre diferentes atores tem seu valor determinado pelo número de atores conectados por esta infraestrutura. Assim, a única forma de competir com plataformas gigantescas como o *Instagram* seria construindo uma plataforma tão grande quanto, com todos os custos envolvidos de manter uma plataforma com bilhões de usuários. Os efeitos de rede podem explicar a não popularização de iniciativas de construir espaços alternativos; há uma extensa lista de tentativas no Governo Federal que, apesar de avanços pontuais, não lograram se perenizar. A iniciativa pioneira foi o HumanizaSUS, primeira rede social lançada por um Governo, ainda em 2009, que buscava o registro e compartilhamento de boas práticas no SUS. No mesmo ano, foi lançado o CulturaDigital.br, uma rede social para a construção



colaborativa de políticas públicas de cultura, onde foi realizado o “Fórum da Cultura Digital Brasileira” e o processo de construção colaborativa do “Marco Civil da Internet”. O Noosfero, software que começou a ser desenvolvido em 2007 pela Cooperativa de Trabalho em Tecnologias Livre Colivre, (TERCEIRO, 2023), para a plataforma Cirandas.net, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e que foi adotado, posteriormente pela USP, SERPRO e outras entidades governamentais, sendo incluído no Catálogo de software Público Brasileiro. Mesmo iniciativas internacionais, como o projeto Diaspora\*, não alcançaram popularidade, apesar de nascer com uma campanha de financiamento coletivo de grande sucesso (SALSBERG, 2013).

O Fediverso se constituiu a partir do princípio da federação, que parte dos estados federados de uma mesma nação como metáfora para descrever uma rede em que cada site tem relativa autonomia e soberania, mas todos pertencem a uma mesma rede que pode se comunicar. Assim, um usuário que queira seguir as atualizações do perfil da Brasiliana Museus não precisa ter uma conta neste site, mas pode usar sua conta em qualquer servidor que faça parte do Fediverso. O objetivo é conseguir alcançar efeitos de rede sem que seja necessário criar e manter um único site com bilhões de pessoas.

O Fediverso realiza a comunicação entre sites através do protocolo *ActivityPub* suportado por vários softwares. O mais popular deles é o *Mastodon*, que tem uma interface similar à do Twitter e possui mais de 8 milhões de usuários. No caso da Brasiliana Museus, usa-se o software WordPress, que é mais adequado ao seu perfil institucional. Quando o site é visitado a partir de seu endereço, <https://brasiliana.museus.gov.br/>, ele aparece com sua aparência e layout padrão. Ao mesmo tempo, qualquer um dos usuários dos quase dez mil sites que usam *Mastodon*, podem seguir o perfil da Brasiliana Museus e, para estas pessoas, as atualizações publicadas na Brasiliana Museus aparecem como chamadas na linha do tempo com um link para a publicação completa, conforme figura abaixo. Outro software que utiliza *ActivityPub* é o *PixelFed*, que tem uma interface similar ao *Instagram*, e tem quase um milhão de usuários, distribuídos em mais de 600 sites. Todos esses usuários também podem seguir o perfil Brasiliana Museus e ver uma publicação que dá destaque às imagens, com uma legenda e link para a publicação completa.



**Imagem 2:** Publicação no site Brasileira Museus e como ela é vista no Mastodon e no Pixelfed

Não se trata de publicar no site da Brasileira Museus e depois, replicar no *Mastodon* ou no *Pixelfed*, mas de publicar apenas no próprio site e esta publicação automaticamente ficar disponível para os usuários dos sites *Mastodon* e do *Pixelfed*, em um formato adequado para a interface deles. É possível, inclusive, alcançar uma maior integração e fazer com que comentários realizados na publicação a partir de usuários de *Mastodon* ou *Pixelfed* apareçam para os visitantes do site da Brasileira Museus. Em essência, isto é a federação.

É importante ressaltar que o protocolo *ActivityPub* é livre e aberto e que existem outros softwares que o utilizam, como o *Lemmy*, similar ao *Reddit*, o *Peertube*, similar ao *YouTube*, ou o *Castpod*, voltado para a hospedagem de *podcasts*. Nos limitamos aos softwares mais populares porque nosso objetivo é descrever o funcionamento da rede federada, não fazer uma apresentação detalhada do Fediverso, que pode ser encontrada na [cartilha](#) (HAUDIQUET e SKARNIO, 2025) elaborada pelo Ibram.

## A SOBERANIA DIGITAL E O FEDIVERSO

O modelo atual, que conecta o site da Brasileira Museus ao Fediverso, permite que o Ibram tenha soberania sobre o conteúdo que publica, sobre os comentários que modera, como tradicionalmente se tem ao publicar em seu próprio site. Ao mesmo tempo, permite que o site seja seguido por pessoas interessadas e que o conteúdo seja distribuído para os seguidores, como ocorre ao manter um perfil em uma rede social, com a diferença essencial que não existem perfis em outras redes a serem criados e mantidos, mas apenas o próprio site, que se torna visível em uma rede social federada, mantendo todo o controle

e soberania. Mesmo que um site que participe do Fediverso decida apagar postagens ou mesmo bloquear a Brasiliana Museus, este bloqueio vale apenas para os usuários daquele site e não para todo o Fediverso. Ao contrário do que ocorreu em 2015, no Facebook, não há uma única companhia monopolista capaz de controlar o que será visto por todos.

É importante lembrar que as mídias sociais capitalistas não operam o controle dos conteúdos apenas através da censura, como no caso da Brasiliana Fotográfica, mas também, e principalmente, através de seus algoritmos. Retomando Juca Ferreira, em uma reunião no Ministério da Cultura em 13/05/2015:

Veja, estamos falando do algoritmo, desta peça de código, de software, que hoje cumpre de forma quase exclusiva o papel de definir o grau de pertinência (e visibilidade) de toda a documentação referente à cultura e ciência humanas disponível na internet. No mundo ideal que enxergo, tal peça de software deveria ser objeto de um comitê de governança compartilhado, como o nosso CGI.br. Tal algoritmo seria algo a ser permanentemente aperfeiçoado, de forma transparente, por uma comissão que tivesse como referência os princípios da Convenção da Unesco de Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Ou então, que a base de índices de conteúdos fosse pública, e cada um pudesse aplicar sobre os conteúdos da rede o algoritmo de busca que bem entender. (FERREIRA *apud* MURILO, 2023)

Para nós, da cultura, navegar os algoritmos, apascentar sua fúria através da execução dos rituais da publicação nas horas certas, com a frequência certa, com as *hashtags* certas, com a quantidade certa de texto nas imagens, tem sido uma imposição decorrente de competir com os conteúdos mais extremos, violentos, danosos, irrelevantes e mesmo claramente falsos, porque estes são os preferidos do algoritmo. Escândalo após escândalo, temos dados para afirmar que as mídias sociais capitalistas premiam os maus atores porque estes geram mais engajamento, prendem as pessoas mais tempo nas redes, com consequências nefastas para a saúde mental delas (SAURWEIN e SPENCER-SMITH, 2021) O exato oposto da governança compartilhada, baseado em princípios socialmente construídos e acordados em convenções internacionais e leis nacionais que Ferreira defendia.

Antes de nos debruçar sobre os algoritmos, é importante dar um passo atrás e repetir o óbvio. O que Juca Ferreira defendia, que a esfera pública deve seguir as regras básicas das políticas internacionais e nacionais para a cultura, não é nenhuma novidade. A liberdade de expressão sempre foi um direito limitado pelos outros direitos humanos. Nossa



Constituição de 1988 proíbe o anonimato a fim de garantir a possibilidade de responsabilização das pessoas pelos crimes que possam ser cometidos no exercício da liberdade de expressão (BRASIL, 1988, Arg. 5º, IV). Umberto Eco (2020), defende que os piores aspectos das indústrias cinematográfica e fonográfica que levaram Adorno a cunhar o termo indústria cultural não são consequência direta da organização econômica, uma vez que estes efeitos não eram visíveis na mais antiga das “indústrias culturais”, a edição de livros. O problema seria o domínio destas indústrias por pessoas que não tinham compromisso com a cultura que produziam, que reduziam sua atividade ao seu aspecto econômico. Por mais que seja possível criticar a imprensa brasileira ao longo da história, é possível ver um compromisso com o jornalismo que leva a um zelo mínimo com a esfera pública.

Nas mídias sociais capitalistas, por outro lado, temos, na melhor das hipóteses, que descarta a má-fé, um compromisso apenas com os ganhos econômicos, mesmo que às custas de destruir a esfera pública ao dar destaque a racismo, misoginia, incentivo à violência, automutilação, fraudes e golpes. As mídias sociais capitalistas têm comportamentos que seriam criminosos em qualquer outra área da economia, mas escapam às suas responsabilidades através de um conjunto elaborado de chantagem, pressão geopolítica e uma ideologia que prega o excepcionalismo absoluto da esfera digital, o que a protegeria do alcance das leis nacionais.

O mercado editorial e o mercado jornalístico seguem regras e se impõe limites porque são responsáveis pelo que veiculam. A premissa alegada pelo X, em 2024, de que não apagaría conteúdos incitando ataques violentos contra escolas porque eles não seriam contra seus termos de uso seria impensável para editoras de livros ou jornais. A ideia de que a plataforma não deva ser responsabilizada pelo conteúdo publicado pelos seus usuários não faz sentido diante do fato de a plataforma selecionar os conteúdos que vai dar visibilidade através de seus algoritmos em um processo que, apesar de automatizado, continua sendo editorial. Voltando aos algoritmos, ao longo das últimas décadas, as corporações os otimizaram para maximizar três métricas principais: o tempo de uso da plataforma, o engajamento, ou o quanto o usuário interage com a plataforma e a visualização e interação com anúncios. Sozinhas, estas otimizações já explicam o atual estado dessas plataformas, mas estas otimizações também têm consequências nefastas para instituições



culturais, especialmente as que guardam e disponibilizam acervos digitais de cultura. O caso de uso que representa o sucesso para o uso de uma plataforma social por uma instituição cultural poderia ser descrito da seguinte forma: a instituição cultural publica uma chamada divulgando seu acervo digital, essa chamada é distribuída para seus seguidores, as pessoas que se interessam visitam o repositório digital, alocado no site da instituição. Este caso de uso é o fracasso para a plataforma, primeiro porque o usuário sai da plataforma ao visitar o repositório, deixando de gerar ganhos através da visualização de anúncios; segundo, porque o tráfego para fora da plataforma não foi comprado através de anúncios. Por isso, mídias como o *Instagram* não permitem links, exceto na sua função *stories* que exige engajamento constante, uma vez que são apagados após 24 horas. Por isso, a distribuição do conteúdo publicado para os seguidores é mínima, cerca de 3% dos seguidores veem as atualizações publicadas, forçando a compra de publicidade, na modalidade chamada impulsionamento, para o conteúdo chegar aos seguidores. O assalto à soberania que as mídias sociais capitalistas executam não ocorre apenas ao controlar o que pode ou não ser publicado, mas ao modelar o que vai ser ou não visto, através de seus algoritmos guiados apenas pelos interesses financeiros, na melhor das hipóteses (ZUBOFF, 2021, Capítulo 18, numeração irregular).

Assim, o conteúdo priorizado pelas plataformas é aquele cujo consumo ocorra 100% dentro da plataforma e que gere muito engajamento. Ora, o engajamento com expressões e objetos culturais exige a formação de público. Um museu ou uma biblioteca não recebem público automaticamente, apenas por existir. Mesmo entre seus visitantes, há gradações no domínio das linguagens e símbolos usados e a capacidade de engajamento com determinadas expressões. Ao otimizar para o maior engajamento, os algoritmos dificultam o processo de formação de público, priorizando os conteúdos de assimilação imediata e penalizando aqueles que exijam esforço ou aprendizado. Este estado das coisas é especialmente nefasto para instituições culturais que precisam competir, no mesmo espaço, com influenciadores fabricando conteúdos otimizados para o consumo imediato dentro das plataformas.

Acervos culturais físicos e digitais, sejam museológicos, bibliográficos ou arquivísticos são definidos não pela assimilação imediata, mas pela seleção cuidadosa de



objetos relevantes, significativos, a serem guardados e preservados. Os algoritmos, por outro lado, valorizam o engajamento imediato, o que tende à descartabilidade e irrelevância. Não é que a viralização, controlada pelos algorítmicos, não beneficie instituições culturais, ela ativamente as prejudica. Na prática, o controle da esfera pública pelas mídias sociais capitalistas boicota as políticas culturais brasileiras, em afronta à nossa soberania.

Este conflito de objetivo é reconhecido no relatório *Securing Digital Rights for Libraries: Towards an Affirmative Policy Agenda for a Better Internet* (BAILRY e MENNA, 2022) que ressalta a transitoriedade do conteúdo nas mídias sociais capitalistas contra a missão de permanência das instituições culturais. No ótimo relatório que originou a Declaração para Proteção de Instituições de Memória são apresentadas evidências sobre os riscos do atual cenário para a preservação da memória cultural, pois “quando a informação e o entretenimento perdem seu valor monetário percebido, os players comerciais não têm incentivo para mantê-los acessíveis, resultando em grandes lacunas em nosso registro cultural coletivo”.

Para entender como o Fediverso pode defender a soberania na esfera pública, é preciso fazer uma pequena digressão sobre como os algoritmos funcionam. Quando as primeiras redes sociais foram criadas, não havia linhas do tempo que reunissem toda a atividade dos seus contatos em uma sequência única e quando estas linhas foram criadas, elas apenas mostravam estas atualizações em ordem cronológica. Essa estrutura fazia com que a decisão de se um conteúdo seria visto ou não fosse do próprio usuário, ao seguir alguém e ao compartilhar uma publicação de terceiros com seus seguidores. Este modelo de difusão da informação foi chamado de alcance orgânico pelas redes, uma vez que a circulação de conteúdo dependia de relações sociais reais e explícitas: seguir, ser amigo, compartilhar. Este é o modelo padrão no Fediverso por conta de uma limitação tecnológica, mas voltaremos a isso.

Nas mídias sociais corporativas, o alcance orgânico foi substituído pelo modelo atual, em que as linhas do tempo são criadas algoritmicamente, mostrando conteúdos que um algoritmo indica para os usuários e não necessariamente o que ele segue ou o que seus contatos compartilharam. A criação destes algoritmos exige a coleta de dados comportamentais em larguíssima escala (*big data*) a fim de alimentar sistemas de inteligência



artificial que, categorizam os conteúdos e as pessoas, analisam as interações das pessoas com os conteúdos para criar algoritmos capazes de, quando uma nova publicação é feita, decidir para quais pessoas ela deve ser distribuída e qual a proeminência que ela deve ter para alcançar os objetivos de manter as pessoas na plataforma e maximizar o engajamento. Shoshana Zuboff (2021) denomina esse sistema de capitalismo de vigilância, uma vez que ele se sustenta na vigilância constante para alimentar os algoritmos de recomendação de conteúdo. Quanto mais informações a plataforma tiver sobre seus usuários, mais ela pode aprimorar seus algoritmos de recomendação de conteúdo e publicidade que, no sistema em que o alcance orgânico não existe mais ou é reduzido a 3%, passam a ser quase a mesma coisa. Isto faz Zuboff ressaltar o papel da acumulação primitiva neste sistema, uma vez que a verdadeira fundação que o sustenta não é o trabalho de análise dos dados para construir os algoritmos de recomendação, mas o acesso ao conteúdo produzido e publicado pelas pessoas e às interações sociais entre as pessoas e entre as pessoas e os conteúdos. Nesse sentido, o capitalismo de vigilância não extrai valor principalmente do trabalho de seus empregados, mas da privatização e extração de um bem comum: as interações das pessoas na parcela da esfera pública que ocorre dentro das plataformas. Yanis Varoufakis (2025) denomina esse arranjo tecno-feudalismo ao comparar essa relação não com a acumulação primitiva, mas com a extração de renda da terra. Ambos concordam que, no aspecto econômico, as *big techs* divergem significativamente das empresas capitalistas tradicionais e que o essencial para as mídias sociais é ter controle sobre o ambiente onde ocorrem as interações sociais, pois esse controle permite que ela extraia dados para alimentar sua maquinaria algorítmica de mudança de comportamento em escala, como denominou Varoufakis. Este controle e esta capacidade de vigilância não são comparáveis com as capacidades de nenhum estado nação e, podemos argumentar, é incompatível com os princípios dos direitos humanos. Apenas distopias apresentam um nível de vigilância similar.

É esta capacidade de controle e vigilância que a arquitetura federada e as especificidades do protocolo *ActivityPub* combatem. Apesar de um site poder ter acesso ao conteúdo de outros sites, nenhum site tem acesso a todos os dados de toda a rede, todo o conteúdo e todas as interações. Quando uma pessoa curte uma publicação no Brasiliana



Museus o site desta pessoa envia a curtida para o site da Brasileira Museus, que pode, ou não a exibir quando a publicação é visitada, mas não a distribui ativamente para todos os seus contatos. Os softwares que utilizam *ActivityPub*, em sua maioria, possuem controles para que seus usuários mantenham seus contatos privados. É um desafio tecnológico considerável acumular, no Fediverso, os dados necessários para ter o nível de vigilância e controle das mídias sociais capitalistas. Mesmo que seja possível, os dados que um site da rede pode acessar não são diferentes dos dados que outro site também pode, impedindo que ocorra a privatização da esfera pública, que é necessária para executar uma acumulação primitiva por despossessão, nos termos de Zuboff, ou extração de rendas da terra, nos termos de Varoufakis, afinal ambos processos exigem o monopólio. Assim, a construção de algorítmicos de recomendação de conteúdo ou não ocorrerá ou será algo aberto e não monopolizável, uma vez que "a base de índices de conteúdos" (FERREIRA *apud* MURILO, 2023) não pode ser privatizada sem eliminar a federação.

Por conta desses fatores, virtualmente todos os softwares que utilizam *ActivityPub* usam linhas do tempo cronológicas onde o alcance dos conteúdos é orgânico, baseado nas relações sociais entre as pessoas que utilizam a rede. Sem um algoritmo para premiar os piores atores porque eles são capazes de otimizar seu conteúdo para os objetivos dos algoritmos, o Fediverso não apenas tem um ambiente mais saudável, com moderação de conteúdo que segue os princípios básicos do respeito à diversidade, mas as instituições culturais deixam de ser hóspedes indesejados, lutando contra as tendências dos algoritmos a isolá-las em nichos e esconder seu conteúdo, para serem as donas da casa, capazes de cultivar relações orgânicas e executar uma política de formação de público.

### **Soberania digital para instituições culturais em termos concretos**

Em termos concretos, a soberania digital vinda da participação do Fediverso pode ser resumida nos seguintes pontos: posse sobre as próprias publicações, posse sobre as próprias ligações sociais, capacidade de alcançar os seguidores organicamente e possibilidade de migração futura.

**Posse sobre as próprias publicações:** assim como ao publicar no próprio site, ao



conectar este site ao Fediverso, a instituição tem domínio sobre o próprio conteúdo. Passa a poder elaborar suas publicações a partir de sua política editorial, em vez de constrangida pelos limites das mídias sociais capitalistas. O conteúdo, e mesmo o perfil, em vez de poderem ser apagados a qualquer momento, têm segurança e autonomia.

**Registro da memória:** ao contrário das publicações nas mídias sociais capitalistas, onde a preservação do conteúdo depende de políticas pouco transparentes e, por vezes ilegais, ao conectar o seu próprio site ao Fediverso a própria instituição realiza a preservação digital de todos estes conteúdos, inclusive o registro da interação social que documenta o processo da participação social em torno de políticas públicas digitais, como acervo, e para a pesquisa.

**Posse sobre as próprias ligações sociais:** o maior problema de ter o perfil suspenso ou apagado nas mídias sociais capitalistas é a perda das ligações sociais, dos seguidores, que este perfil possuía. Este risco não está presente no Fediverso, uma vez que as ligações são armazenadas no seu próprio site.

**Capacidade de alcançar os seguidores organicamente:** a falta de soberania nas mídias sociais capitalistas chega ao paroxismo de ser preciso comprar publicidade na forma de “impulsionamento de conteúdo” para que a sua publicação seja mostrada para as pessoas que já manifestaram interesse em receber essa publicação ao seguirem o seu perfil. No Fediverso, dominado pela ordem cronológica, o conteúdo publicado é enviado para todos os seguidores. Quando um destes compartilha a publicação, ela é enviada para todos os seguidores de quem compartilhou. Por padrão e sem custos extras.

**Possibilidade de migração futura:** como o *ActivityPub* é um protocolo livre e aberto, qualquer software pode incluir suporte a ele. O *WordPress*, que a Brasiliana Museus utiliza, foi lançado em 2003, mas ganhou suporte a *ActivityPub* em 2018. Vários softwares, como o *Mastodon*, têm suporte a migrar o perfil de um site para outro, inclusive que seja baseado em outro software, sem perder as ligações sociais. Participar do Fediverso não é ter o perfil preso a um site ou mesmo a um software. É possível tomar decisões de migrar para outro endereço ou software sem precisar iniciar novamente o trabalho de estabelecer ligações com os seguidores.

## AS BRASILIANAS NO FEDIVERSO

A preocupação com a preservação da memória digital existe no Ministério da Cultura pelo menos desde o Fórum da Cultura Digital Brasileira, em 2009. A facilidade com que conteúdos digitais online se perdem para sempre quando servidores são desligados ou domínios não são renovados é preocupante. Até o século passado, talvez a maior parcela da cultura estava ancorada em mídias físicas e já havia um esforço de registro de manifestações culturais imateriais. Hoje, com a digitalização avançando a passos largos sobre as mídias físicas, a criação de tecnologias que permitam a guarda e disponibilização para o público de objetos culturais digitais se torna uma necessidade que o Instituto Brasileiro de Museus, Ibram, busca atender através do projeto Tainacan.

O Tainacan é um software que permite a criação e publicação de repositórios digitais, desenvolvido em parceria do Ministério da Cultura com a Universidade Federal de Goiás a partir de 2014. A escolha tecnológica foi pela solução ser um *plugin* para o *WordPress*, solução de publicação de conteúdo na internet extremamente popular que, de acordo com estatísticas, é utilizada por aproximadamente 43% (USAGE, 2026) dos sites. Através do Tainacan, instituições que possuem acervos digitais de cultura têm uma solução prática e completa, mas ainda personalizável para disponibilizar seus acervos online, formando uma infraestrutura nacional para repositórios digitais. O sucesso do projeto Tainacan pode ser visto nas estatísticas de uso do *plugin* disponibilizadas pela WordPress Foundation (TAINACAN, 2026) que realiza a sua distribuição. Mais de mil sites utilizam o *plugin*, que foi traduzido para 12 idiomas. Como infraestrutura livre e soberana para a implantação de acervos digitais de cultura, o Tainacan já se apresenta como uma solução que promove a soberania digital nos termos que esta era definida pelo movimento software livre, focado em ferramentas. porém, não oferece uma solução para a compreensão que temos hoje, que inclui o domínio sobre os ambientes digitais de circulação simbólica.

Desde seu início, o Tainacan busca promover participação social na difusão, documentação e coleta de elementos que qualifiquem a permanente atualização dos acervos culturais e de patrimônio histórico brasileiros.

Como, portanto, pensar maneiras de produzir acervos digitais que sejam



pensados e organizados a partir da preocupação em ativar redes sociais que construam coletivamente o sentido desses acervos, produzindo estratégias de organização, circulação da informação, compartilhamento e facilitando seus modos de funcionamento através de diferentes e complementares estratégias de apropriação e uso de seus conteúdos? Como pensar em acervos que sejam construídos a partir da lógica da colaboração e da produção do comum que orienta e pauta o interesse daqueles que se movem e se convocam a árdua tarefa de selecionar conteúdos, digitalizar e compartilhar em formato digital? (MARTINS, 2014)

Estas questões levaram, entre outras coisas, à possibilidade de pessoas enviarem sugestões de itens para o acervo. Este recurso foi utilizado em processos com ampla participação popular como a formação da Base de Dados do Choro (UFPEL, 2021) para subsidiar o processo de patrimonialização do choro.

O projeto *Brasiliana Museus* é um primeiro passo para aprofundar os aspectos participativos e nasce a partir da adoção do *Tainacan* pela comunidade museal. Ele agrega acervos digitais ou digitalizados de vários museus, permitindo busca integrada entre eles, criando um efeito de rede que potencializa os acervos ao permitir sua conexão. É possível, por exemplo, acessar em uma interface única itens de vários museus reunidos por recortes curatoriais (pintura, escultura, fotografia, etc.) ou por estado. Hoje, a *Brasiliana Museus* agrega acervos de 14 museus, totalizando 42 mil itens. A avaliação do Ministério de Cultura é que a experiência da *Brasiliana Museus* já é um sucesso que deve ter o seu escopo ampliado com a integração de outras instituições de guarda de acervos digitais de cultura como Funarte, Iphan, e a própria Fundação Casa de Rui Barbosa que organiza o presente seminário.

O sucesso e a flexibilidade do *Tainacan* levaram a equipe do projeto a experimentar com outras possibilidades de conexão, como a integração do blog da *Brasiliana Museus* com o Fediverso. Este projeto piloto é parte de uma estratégia que busca ampliar estes efeitos de rede, explorando as possibilidades que o paradigma federado abre. É possível, por exemplo, para que além de atualizações no blog, as próprias coleções do *Tainacan* e seus itens sejam visíveis no Fediverso, podendo receber comentários e serem compartilhados organicamente pelas pessoas na rede. Uma pessoa poderia seguir um museu ou uma coleção específica e receber atualizações toda vez que um novo item for incluído no



acervo que ela segue. Os sites das instituições culturais podem se tornar o ponto central de uma rede social formada por seus trabalhadores, apoiadores e públicos atendidos, com a diferença dessa rede ser Federada, estar interligada a milhões de outras pessoas, oferecendo assim mais valor do que apenas as dinâmicas culturais articuladas pela instituição. Em 2025, o Ibram formulou um uso específico utilizando a arquitetura *ActivityPub* como meio de participação social dos museus no Fórum de Museus, e a atuação dos especialistas dos museus como cuidadores do ambiente semântico.

O que a integração com outras plataformas, como microblog e fóruns de discussão permite vislumbrar é o uso de soluções soberanas de participação popular que sejam integradas ao Fediverso, fomentando seu uso de longo prazo e a construção de comunidades online participantes. Hoje, quando os processos de participação popular, como fóruns e conferências setoriais, têm aspectos online, estes ocorrem em plataformas isoladas, em que as pessoas criam contas para aquele processo e que serão abandonadas ao seu final. A mobilização social é uma encenação do mito de Sísifo, em que um ciclo de mobilização colabora pouco para a estruturação de uma infraestrutura social capaz de potencializar novos ciclos. Mesmo a unificação de processos de consulta em uma única plataforma, como a Brasil Participativo, sofre da falta de efeitos de rede que incentivem as pessoas a participarem da plataforma rotineiramente. Enquanto realizar estes processos dentro das mídias sociais capitalistas resolveria este impasse, isso é impensável por conta das implicações sobre a soberania. O paradigma federado talvez permita manter a soberania sem perder as potencialidades das redes sociais. Como o Fediverso se baseia em permitir a comunicação das pessoas a partir de suas contas, em uma rede social federada, que oferece efeitos de rede, e que a participação cidadã é um ponto que agrega valor à rede, talvez seja possível superar o caráter episódico da participação popular.

Existem provedores de tecnologia, como a NewsMast Foundation, que desenvolve aplicativos móveis personalizados para o Fediverso, adequados aos casos de uso de instituições parceiras que podem materializar a experiência de uso mais adequada para as instituições culturais ou, mais especificamente, para as instituições que guardam e disponibilizam acervos digitais de cultura. Esta experiência, provavelmente, seria diferente da experiência mais adequada para outros atores culturais, como artistas ou pontos de



cultura, que exigiriam soluções próprias.

As possibilidades que elencamos justificam o esforço que vêm sendo empreendidos de cultivar laços com o Fediverso, buscando a aproximação e o entendimento mútuo dos vários atores envolvidos. Este processo se materializou na realização do 1º WebSocialBR (2025), fórum de discussão do Fediverso Brasileiro realizado em dezembro de 2025 pela Associação Cultural Alquimídia, com apoio institucional do Ibram, MCTI e CGI.br. Neste evento, foi lançado a cartilha Guia de Entrada para o Fediverso já mencionada. Uma vez que o Fediverso é um espaço comum, que abriga uma multiplicidade de atores e interesses, é importante que sua inclusão nas políticas culturais seja cultivada em conjunto com os atores interessados.

## REFERÊNCIAS

1º WEBSOCIALBR reúne experiências do governo no Fediverso e lança guia produzido pelo Ibram. Ibram, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/1o-websocialbr-reune-experiencias-do-governo-no-fediverso-e-lanca-guia-produzido-pelo-ibram>>. Acesso em 23 fev 2026.

BAILEY, Lila e MENNA, Michael Lind. Securing Digital Rights For Libraries: Towards an Affirmative Policy Agenda for a Better Internet. Internet Archive, 2025. Disponível em: <<https://archive.org/details/bailey-menna-securing-digital-rights-for-libraries>>. Acesso em 23 fev 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ECO, Umberto. Apocalípticos e Integrados. São Paulo: Perspectiva, 2020.

GRABE, Walter. [Índio Botocudos]. Brasiliana fotográfica, 1909. Disponível em: <<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/570>>. Acesso em 23 fev 2026.

HAUDIQUET, Thayná e SKÁRNIO, Thiago. Guia de Entrada para o Fediverso. Ibram, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/1o-websocialbr-reune-experiencias-do-governo-no-fediverso-e-lanca-guia-produzido-pelo-ibram/guia-fediverso-2.pdf/view>> . Acesso em 23 fev 2026.

LEAL, Aline. Ministério da Cultura aciona Facebook por censurar foto de casal indígena. Agência Brasil, 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2015-04/ministerio-da-cultura-aciona-facebook-por-censurar-foto-de-casal-indigena>>. Acesso em 23



fev 2026.

MARTINS, Dalton. Acervos digitais sob a lógica da ativação de redes sociais: articulando estratégias de apoio à digitalização da cultura. *Cultura Digital*, 2014. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20160721044530/http://culturadigital.br/blog/2014/12/04/acervos-digitais-sob-a-logica-da-ativacao-de-redes-sociais-articulando-estrategias-de-apoio-a-digitalizacao-da-cultura>>. Acesso em 23 fev 2026.

SALSBERG, Maxwell. Decentralize the web with Diaspora. *Kickstarter*, 2013. Disponível em: <<https://www.kickstarter.com/projects/mbs348/diaspora-the-personally-controlled-do-it-all-distr>>. Acesso em 23 fev 2026.

SAURWEIN, Florian; SPENCER-SMITH, Charlotte. Automated Trouble: The Role of Algorithmic Selection in Harms on Social Media Platforms. *Media and Communication*, v. 9, n. 4, p. 222-233, nov. 2021. Disponível em: <<https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/4062>>. Acesso em: 23 fev 2026.

SILVA, E. C. M.; ROCHA, I.; VAZ, J. C.; VENEZIANI, J. R. A.; MODANEZ, C. C.. Contratos, Códigos e Controle: A Influência das Big Techs no Estado Brasileiro. São Paulo - SP, Brasil, jul. 2025. Disponível em: <<https://bit.ly/contratos-big-techs>>. Acesso em 23 fev 2026.

SOUZA, André de. Ministério da Cultura vai entrar na Justiça contra Facebook por foto de índia bloqueada. *O Globo*, 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/midia/ministerio-da-cultura-vai-entrar-na-justica-contra-facebook-por-foto-de-india-bloqueada-1-15910229>>. Acesso em 23 fev 2026.

TAINACAN. WordPress.org, 2026. Disponível em: <<https://wordpress.org/plugins/tainacan/>> . Acesso em 23 fev 2026.

TERCEIRO, Antônio. O embrião do que viria a ser a COLIVRE. *COLIVRE*, 2023. Disponível em: <<https://colivre.coop.br/2023/04/09/o-embriao-da-colivre.html>>. Acesso em 23 fev 2026.

USAGE statistics and market share of WordPress. *W3Techs*, 2026. Disponível em: <<https://w3techs.com/technologies/details/cm-wordpress>> . Acesso em 23 fev 2026.

UFPEL, Base de dados do Choro. UFPel, 2012. Disponível em: <<https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/choropatrimonio>> . Acesso em 23 fev 2026.

VAROUFAKIS, Yanis. *Tecnofeudalismo, o que matou o capitalismo*. São Paulo: Crítica, 2025.

ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância, a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Numeração irregular. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.